



STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.
(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

Demonstrações financeiras referentes
ao semestre findo em 30 de junho de 2025
e Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras	
Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Strada Pay Instituição de Pagamento Ltda. (“Strada Pay” ou “Empresa”) apresenta as suas Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Agradecemos a todos os clientes e fornecedores pela parceria em trabalhar conosco nessa construção contínua ficamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo/SP – 29 de setembro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
Diretoria e Conselho de Administração da
Strada Pay Instituição de Pagamento Ltda.
(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Strada Pay Instituição de Pagamento Ltda. (anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.) (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição, em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2025, a Instituição reconheceu uma perda no resultado do semestre no montante de R\$ 48.137 mil, referente a ajuste originado por erro de parametrização do sistema de moeda eletrônica, cujas contrapartidas se deram no passivo circulante nas rubricas “Moedas eletrônicas emitidas - Bloqueadas” e “Obrigações Por Transações de Pagamentos” que totalizam em 30 de junho de 2025 os montantes de R\$ 100.276 mil e R\$ 162.382 mil, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 10, respectivamente. Para os quais, não nos foi possível através de procedimentos alternativos de auditoria obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre as transações e ajustes realizados nas referidas rubricas contábeis, bem como a correta contabilização e mensuração dos valores apresentados no passivo e resultado do semestre findo nessa data. Como consequência, não pudemos nos assegurar sobre a razoabilidade dos saldos registrados no passivo, no resultado e no patrimônio líquido da Instituição em 30 de junho de 2025 além de seus possíveis impactos tributários nas demonstrações financeiras findas nessa data, bem como a necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras anteriores, conforme preconizado no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 20, com o reconhecimento da perda no resultado do semestre, a Instituição passou a apresentar um patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 205 mil, estando assim desenquadrada em relação aos limites operacionais exigidos pela Resolução BCB nº 198/22 e alterações posteriores, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administração da Instituição vem desenvolvendo ações para a superação das atuais dificuldades. Dessa forma a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso das referidas ações. As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2025 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Instituição continuar operando, bem como a realização do ativo fiscal diferido mencionados na nota explicativa nº 18, dependerão do sucesso das ações descritas pela Administração na nota explicativas nº 20.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº. 352/2023 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2025, a Instituição mantém operações e transações com partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas com terceiros ou partes independentes, os resultados alcançados poderiam ser diferentes daqueles apresentados naquelas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Ismael Nicomédio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/06/2025
CIRCULANTE		
Disponibilidades	4	9.125
Instrumentos financeiros	5	222.082
Outros ativos	6	29.519
Total do ativo circulante		260.726
NÃO CIRCULANTE		
Ativos fiscais correntes e diferidos	6	2.110
Ativo imobilizado	7	1.818
Ativo intangível	8	22.056
Total do ativo não circulante		25.984
TOTAL DO ATIVO		286.710
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Contas de pagamento pré-pagas	9	100.276
Obrigações por transações de pagamentos	10	162.382
Outros passivos	11	23.213
Total do passivo circulante		285.871
NÃO CIRCULANTE		
Outros passivos	11	1.044
Total do passivo não circulante		1.044
TOTAL DO PASSIVO		286.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social subscrito	12	41.386
(Prejuízos) acumulados		(41.591)
Total do Patrimônio Líquido		(205)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		286.710

STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais, exceto o lucro líquido por cota).

	Nota	1º Semestre de 2025
Resultado com intermediação financeira	13	15.146
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.146
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas operacionais - serviços e comissões, líquidas	14	39.425
Despesas de pessoal	15	(23.514)
Despesas comerciais e administrativas	16	(23.483)
Despesas tributárias		(857)
Depreciação e amortização	7 e 8	(1.832)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(48.866)
RESULTADO OPERACIONAL		(59.127)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(43.981)
Provisão para imposto de renda	18	(1.686)
Provisão para contribuição social	18	(611)
Imposto de renda diferido	18	(728)
Contribuição social diferida	18	(437)
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE		(47.443)
Quantidade de cotas (em milhares de cotas)	12	41.386
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE POR COTA (R\$)		(1,15)



STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	1º Semestre de 2025
(Prejuízo) do semestre	(47.443)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	(47.443)

STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Aumento de capital em aprovação	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025		41.386	-	5.852	47.238
Prejuízo do semestre		-	-	(47.443)	(47.443)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025		41.386	-	(41.591)	(205)
Mutação do semestre		-	-	(47.443)	-

STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	1º Semestre de 2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) do semestre antes dos tributos		(43.981)
Ajustes de reconciliação entre o lucro/(prejuízo) líquido do semestre		
Depreciação e amortização	7 e 8	1.832
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários		39
Tributos diferidos		1.165
Baixa de ativo imobilizado e intangível	7 e 8	1.699
(Prejuízo) ajustado		(39.246)
Redução/aumento nos ativos e passivos operacionais		
(Aumento) Redução de Títulos e valores mobiliários		(108.729)
(Aumento) Redução Outros ativos		12.646
Aumento (Redução) Outros passivos		12.689
Outros impostos pagos		(11.925)
Aumento (Redução) Obrigações por transações de pagamentos		115.260
Aumento (Redução) Contas de Pagamento Pré-Pagas		4.177
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(15.128)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(Aquisição) venda de ativo imobilizado	7	(65)
(Aquisição) de ativo intangível	8	(645)
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(710)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Capital subscrito e integralizado	12	-
FLUXO DE CAIXA GERADOS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		
Início do período	4	27.905
Fim do período	4	12.067
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(15.838)

STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.

(Anteriormente denominada Green Net Instituição de Pagamento Ltda.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Strada Pay Instituição de Pagamento Ltda. teve sua denominação social alterada para Strada Pay Instituição de Pagamento Ltda. (“Empresa” ou “Strada Pay”), sociedade Limitada. Iniciou suas operações em 2008 sob a denominação social de Green Net Administradora de Cartões Ltda. Atualmente sede está situada na cidade de São Paulo - SP, na Av. Chucri Zaidan, n° 246, 22° andar, bairro Vila Cordeiro – São Paulo – SP. Em 04 de junho de 2025.

A Empresa obteve em 21 de julho de 2020 a autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moedas eletrônicas, concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Empresa passou adotar procedimentos aplicáveis as instituições de pagamentos.

Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE a associação entre a Empresa e Carguero Inovação Logística e Serviços S.A. (“Carguero”). Após respostas aos recursos impetrados por terceiros, em 23 de fevereiro de 2022 o CADE aprovou a operação de forma definitiva, sem restrições.

A Carguero atuava no Brasil no ramo de tecnologia de mobilidade, possuindo um software web e um aplicativo móvel Android (“Plataforma Digital”), que são utilizados como um mercado para proprietários de carga e motoristas de caminhão se conectarem, bem como para o gerenciamento das atividades de logística e transporte envolvendo o frete de caminhões para o transporte rodoviário de grãos a granel no Brasil (“Carguero Business”).

A Empresa prosseguiu com a associação, tendo sido concretizado em novembro de 2022 a reorganização societária, após a aprovação prévia do BACEN, conforme Ofício 26065/2022/BCB/DEORF/GTCUR de 30 de setembro de 2022, com o objetivo de concentrar totalmente todo o Negócio Carguero e todo o Strada Pay Business em um grupo econômico. No referido processo a Strada Pay passou a ser controlada indireta da Carguero. Na reorganização societária, foram constituídas 2 empresas holdings, através das quais a Dalablog passou a ser controladora indireta da Strada Pay. Após esse processo foi subscrito pela Dalablog capital na Carguero Inovação, que foi integralizado com a entrega do investimento da Dalablog em uma das holdings anteriormente criadas. A referida holding foi incorporada pela Carguero, em 30 de novembro de 2022, que passou a ser controladora indireta da Strada Pay, através da 2ª holding criada (anteriormente investida da holding incorporada).

Conforme publicação do DOU, Edição 53 de 17/03/2023, seção 3, a Strada Pay, obteve sua aprovação definitiva no Processo de Alteração de Controle Societário nº 193286, onde foram admitidos os novos sócios entrantes: Cargill Agrícola, Sarto Ltda, Amaggi, Louis Dreyfus Company Brasil e Dalablog nas condições do Contrato de Investimento de 08/06/2021 e Acordo de Quotistas de 30/11/2022, pelo Gerente Técnico da GTCUR em 15/03/2023. A primeira fase da operação já havia recebido manifestação favorável do Chefe do Deorf em 30 de setembro de 2022.

A Empresa tem como objeto social as seguintes atividades:

- a) A prestação de serviços financeiros, incluindo:
 - i. a emissão de vale-pedágio (*Tag*);
 - ii. a gestão de abastecimento de frota;
 - iii. a emissão, distribuição e gerenciamento de cartões magnéticos e eletrônicos;
 - iv. as atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento, designadas pelo BACEN;
 - v. o gerenciamento de conta de pagamento;
 - vi. a emissão de instrumento de pagamento;
 - vii. o credenciamento e a aceitação de instrumento de pagamento;
 - viii. a execução de remessa de fundos;
 - ix. a execução ou facilitação de instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento;
 - x. a disponibilização de serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; e
 - xi. encaminhamento de propostas de serviços financeiros para embarcadores, transportadores e motoristas, incluindo capital de giro para transportadoras, antecipação de recebíveis e requisição de empréstimos.
- b) A prestação de serviços inerentes às atividades financeiras e de logística, incluindo:
 - i. os serviços de call center (central de atendimento);
 - ii. As atividades de preparação de documentos e apoio administrativo;
 - iii. A conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa;
 - iv. O credenciamento da aceitação ou gestão do uso de moeda eletrônica;

- v. A prestação de serviços de logística, incluindo:
- vi. O desenvolvimento de plataformas digitais, aplicativos para dispositivos móveis e portais de internet, voltado para a gestão logística de fretes no Brasil;
- vii. O agenciamento e a intermediação de serviços e negócios nas áreas de logística e transporte rodoviário de cargas;
- viii. Serviços de correspondente de instituições financeiras.
- ix. Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- x. Serviços de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; e
- xi. Administração de fundos por contrato ou comissão.

No exercício de 2025 a Strada acelerou seus investimentos em tecnologia, robustez operacional e infraestrutura, bem como aprimorou seus processos de controle, governança, compliance e segurança da informação. Tal plano demandou recursos que serão fundamentais para a aceleração do negócio para os próximos anos. E será acompanhado de aportes de seus acionistas conforme necessidade.

Continuidade operacional

Em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e à Circular Bacen nº 3.681/2013, a Administração da STRADA PAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA declara que:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

A Instituição mantém plano de continuidade de negócios (PCN) formalmente estabelecido, revisado e aprovado pela Alta Administração, que contempla:

- Estrutura de governança e papéis definidos para situações de contingência;
- Estratégias de resposta e recuperação de processos críticos;
- Procedimentos de comunicação interna e externa em eventos de indisponibilidade;
- Rotina de testes de continuidade operacional em periodicidade definida, com monitoramento de resultados e implementação de melhorias.

O plano encontra-se em conformidade com a regulamentação aplicável do Bacen, abrangendo riscos de indisponibilidade de infraestrutura tecnológica, interrupção de serviços essenciais e falhas em recursos humanos ou de terceiros. A Instituição possui capacidade financeira, tecnológica e de gestão de riscos suficiente para garantir a manutenção de suas atividades no horizonte previsível.

Assim, a Administração não identifica incertezas materiais que possam comprometer a aplicação do pressuposto da continuidade operacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN” ou “BCB”), incluindo as disposições da Resolução BCB 02 de 12 de agosto de 2020, que consolidou os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras das instituições financeiras e autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, assim como as disposições da Resolução BCB 343 de 4 de outubro de 2023 que dispõe sobre as medidas necessárias à execução do compartilhamento dos dados e das informações sobre indícios de fraudes. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

CPC 00 - R1 Estrutura conceitual de relatório financeiro (Res. 4.144/12)

CPC 01 - R1 Redução ao valor recuperável de ativos (Res. 3.566/08)

CPC 02 - R2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (Res. 4.524/16)

CPC 03 - R2 Demonstração dos fluxos de caixa (BCB 02/20)

CPC 04 - R3 Ativo Intangível (Res. 3.534/16)

CPC 05 - R1 Divulgação sobre partes relacionadas (BCB 02/20)

CPC 10 - R1 Pagamento baseado em ações (Res. 3.989/11)

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Res. 4.007/11)

CPC 24 - Evento subsequente (BCB 02/20)

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Res. 3.823/09)

CPC 27 - Ativo imobilizado Res. 3.535/16)

CPC 33 - R1 Benefícios a empregados (Res.4.877/20)

CPC 46 – Mensuração do valor justo (Res.4.924/21)

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Empresa efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente.

A Empresa adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/2021, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela isenção facultada no Art. 79 desta Resolução, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão, pelos Administradores, em 29 de setembro de 2025.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaborações das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas de taxas e tarifas, composta principalmente pela taxa de utilização da sua plataforma pelos clientes, reconhecidas no momento de utilização da plataforma, taxas de intermediação junto aos estabelecimentos comerciais afiliados e taxas de intermediação na indicação de transportadora ao “embarcador”.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limite, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias (a partir da data de aquisição), que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

I) Classificação

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Empresa, passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias, conforme definido em seu modelo de negócio:

a) Ativos financeiros

a.1. Custo amortizado (CA)

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- o ativo é gerido dentro de modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

a.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

a.3. Valor justo por meio do resultado (VJR).

Os demais ativos financeiros.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo seu custo amortizado (CA).

II) Reclassificação

A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da Empresa para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil.

III. Mensuração dos ativos financeiros

O reconhecimento inicial ocorre pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

a) Valor justo

Com base na Resolução CMN nº 4.924/2021 e CPC 46 Mensuração do Valor Justo (aprovado pelo BACEN), valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

A norma contábil fornece uma hierarquia do valor justo em três níveis para classificação dos instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: a avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos na data do balanço.

Nível 2: a avaliação é baseada em dados observáveis, para instrumentos semelhantes em mercados ativos ou instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos.

Nível 3: a avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas não observáveis no mercado.

Atualmente, a Instituição opera com instrumentos financeiros de Nível 1 e 2, especificados na nota explicativa nº 4

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável.

f) Ativo imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessária. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos)
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos e aparelhos eletrônicos	5
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

g) Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Empresa, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software.
- Os gastos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de softwares, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada pela administração da empresa, com base na expectativa de utilização dos referidos softwares/soluções/ferramentas tecnológicas:

	Vida útil (meses)
Licença de uso Software - Core	114
Licença de uso Software	37
Marcas, direitos e patentes	60
Demais intangíveis	114

h) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em junho de 2025, a Administração realizou a análise por meio de laudo externo do qual não foram identificados quaisquer indícios de *impairment*.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a contribuição social foi constituída a alíquota de 9% sobre o lucro real.

O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para imposto de renda 25%, e para a contribuição social 9%.

Adicionalmente os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa quando constituídos consideram as alíquotas acima mencionadas e as disposições da Resolução nº15 do Banco Central do Brasil de 2020, quanto aos aspectos de recuperabilidade.

Em 30 de junho de 2025 a Empresa possui prejuízo fiscal para a apuração do IRPJ e CSLL.

j) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores das obrigações conhecidas ou calculáveis na data do balanço, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

- Obrigações legais - fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que ter os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2025 a Empresa não possuía quaisquer ativos e passivos contingentes.

l) Reconhecimento de receitas

Conforme CPC 47 as receitas são reconhecidas quando o controle sobre os serviços da Empresa é transferido aos clientes. O montante de receita reconhecida reflete a contraprestação a qual a Empresa espera ter direito. Tal contraprestação é registrada líquida dos tributos sobre vendas e cancelamentos

As receitas são provenientes de taxas de intermediação da sua plataforma pelos clientes, reconhecidas no momento de utilização do sistema junto aos estabelecimentos comerciais afiliados, sendo registradas tais operações e em demais instituições de pagamentos participantes, reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de intermediação/liquidação executados.

m) Resultados não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2025, a Empresa apresentou resultados não recorrentes, de R\$ 48.137 no saldo de moeda eletrônica, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

4. DISPONIBILIDADES

	30/06/2025
Disponibilidades – contas correntes (a)	9.125
Total	9.125

- a) Contas correntes em moeda nacional mantidas substancialmente nas instituições financeiras Banco Dock, Banco Itaú e Banco Safra.
- b) As referidas aplicações financeiras são consideradas como caixas e equivalentes de caixa uma vez que possuem resgate imediato.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

São compostos por títulos enquadrados na categoria de “Valor jutos”.

	30/06/2025
Certificados de depósitos bancários (a)	2.942
Letras Financeiras do Tesouro (b)	219.140
Total:	222.082

a) Os Certificados de Depósito Bancário são emitidos pelo Banco Itaú com taxa de remuneração de 100% do CDI (em 24.04.2025).

b) Letras Financeiras do Tesouro com remuneração atrelada à taxa SELIC e vencimentos até 1º de setembro de 2026.

São compostos por Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Resolução BACEN/DC nº 80 de 25 de março de 2023. São ativos que possuem alta liquidez no mercado.

Os instrumentos financeiros avaliados a valor justo em 30 de junho de 2025 classificados no Nível 1 totalizam R\$219.140.

Apresentamos a seguir o resumo da carteira de títulos e valores mobiliários por categoria e prazo de vencimento, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

	30/06/2025					
	Valor mercado	Custo amortizad o	Ganhos (perdas) não realizados	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Títulos para negociação						
Certificados de depósito bancário	2.942	2.942	-	2.942	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	219.140	219.140	-	146.244	72.896	-
Total de títulos para negociação 30/06/2025	222.082	222.082	-	149.186	72.896	-

A administração avaliou que não há diferenças significativas entre o valor de mercado e custo incorrido dos títulos para negociação.

6. OUTROS ATIVOS

	30/06/2025
Impostos a recuperar (a)	2.872
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	3.198
Contas a receber de clientes (b)	21.935
Adiantamentos de salários/pró-labore	93
Adiantamento de férias	71
Adiantamentos a fornecedores	573
Despesas antecipadas	730
Outros ativos	50
Total	29.519

- a) Referem-se a créditos de tributos PIS, COFINS, ISS, IRPJ e CSLL.
- b) Do total apresentado na rubrica de contas a receber no valor de R\$21.935 em 2025 e R\$32.680 sendo R\$20.026 referente à Strada Log Ltda. e R\$938 à Carguero Inovação; os demais valores a receber de R\$971 referem-se aos valores a receber referente às receitas de contratante frete, contratante pedágio, taxa de manutenção de conta de pagamento, tarifa de saque, tarifa de inatividade e emissão Visa.

7. IMOBILIZADO

Composição Descrição	Custo	Depreciação	2025 Líquido
Máquinas e Equipamentos	4	(2)	2
Moveis e Utensílios	462	(167)	295
Computadores e Periféricos	2.928	(2.045)	883
Benfeitorias em móveis de terceiros	838	(201)	637
Central telefônica	5	(4)	1
Veículos	13	(13)	-
Total	4.250	(2.432)	1.818

Movimentação do Custo em 2025

Descrição	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas e Equipamentos	4	-	-	4
Moveis e Utensílios	458	4	-	462
Computadores e Periféricos	2.928	-	-	2.928
Benfeitorias em moveis de terceiros	797	61	(20)	838
Central telefônica	5	-	-	5
Veículos	13	-	-	13
Total	4.205	65	(20)	4.250

Movimentação da depreciação em 2025

Descrição	2024	Adições	2025
Máquinas e Equipamentos	(1)	(1)	(2)
Móveis e Utensílios	(147)	(20)	(167)
Computadores e Periféricos	(1.769)	(276)	(2.045)
Benfeitorias em móveis de terceiros	(167)	(34)	(201)
Central telefônica	(4)	-	(4)
Veículos	(13)	-	(13)
Total	(2.101)	(331)	(2.432)

8. INTANGÍVEL

O intangível é composto por projetos para desenvolvimento de softwares, ferramentas e aplicações tecnológicas para trazer inovações, novas funcionalidades e eficiência às atividades de meios de pagamento da Empresa.

Composição	Custo	30/06/2025 Amortização	Líquido
Licença de Uso de Software	74	(54)	20
Licença de uso Software – Core	4.487	(1.259)	3.228
Marcas Direitos e Patentes	400	(200)	200
Outros intangíveis (a)	23.721	(5.113)	18.608
Sistemas de customização	-	-	-
Total	28.682	(6.626)	22.056

a) O total de R\$ 18.608 refere-se à diversos projetos para o desenvolvimento das plataformas para atendimento à operação *banking*.

Movimentação do Custo em 2025

	2024	Adições	Baixas	Transferências	2025
Licença de Uso de Software	74	-	-	-	74
Licença de uso Software – Core	4.487	-	-	-	4.487
Marcas Direitos e Patentes	400	-	-	-	400
Sistemas de customização	6.171	645	(1.679)	(5.137)	-
Outros intangíveis	18.584	-	-	5.137	23.721
Total	29.716	645	(1.679)	-	28.682

Movimentação da amortização em 2025

	2024	Adições	2025
Licença de Uso de Software	(48)	(6)	(54)
Licença de uso Software – Core	(1.023)	(236)	(1.259)
Marcas Direitos e Patentes	(160)	(40)	(200)
Outros intangíveis	(3.894)	(1.219)	(5.113)
Total	(5.125)	(1.501)	(6.626)

9. CONTAS DE PAGAMENTO PRÉ PAGAS

	30/06/2025
Contas - moedas pré-pagas (a)	95.012
Moedas eletrônicas emitidas – Bloqueadas (b)	5.264
Total	100.276

(a) Contas de moeda pré-pagas correspondem aos valores já disponibilizados aos clientes no arranjo de pagamentos para utilização pelos motoristas/transportadores junto aos estabelecimentos que integram a rede na qual o arranjo de pagamentos opera.

(b) Contempla valores em trânsito, já debitados da conta de livre movimentação, e ainda não liquidados junto aos transportadores/motoristas em virtude de pendências de documentação/processo.

10. OBRIGAÇÕES POR TRANSAÇÕES DE PAGAMENTOS

	30/06/2025
Faturas a pagar (a)	146.653
Faturas a pagar /repasses a regularizar	-
Outros valores a pagar	15.729
Total	162.382

(a) Contempla valores de fretes que já foram transacionados no arranjo de pagamento aguardando a data para faturamento e liquidação com a Rede Credenciada conforme cada contrato firmado vinculada a obrigação de pagamento.

11. OUTROS PASSIVOS

30/06/2025

Circulante	
Contas a pagar/fornecedores (a)	11.969
Obrigações trabalhistas	7.147
Obrigações fiscais	4.097
Total do passivo circulante	23.213
Não circulante	
Outras obrigações	1.044
Total do passivo não circulante	1.044
Total	24.257

(a) O total de R\$ 11.969 é composto por valores referentes à provisão de fornecedores a pagar (R\$ 5.052), rebate operacional (R\$ 4.986) que trata-se de uma comissão paga às sócias pela intermediação dos serviços que a Empresa oferece aos seus clientes e demais fornecedores (R\$ 1.931).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2025 é de R\$41.386 dividido em 41.385.920 de cotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente, conforme abaixo:

	Quantidade de cotas
	30/06/2025
Dabhe 2 Participações Ltda.	41.385.919
Carguero Inovação Logística e Serviços S.A.	1
Total de cotas	41.385.920

b) Destinação e distribuição de lucros

Os sócios podem fixar, em Reunião de Sócios em janeiro de cada ano, mediante aprovação de todos, a distribuição de lucros desproporcionalmente à participação societária dos sócios no capital social.

É permitida a distribuição antecipada lucros do exercício, ou a incorporação de seus resultados ao capital social com base em levantamento de balanço intermediário, bem como distribuí-los, se assim desejarem, desproporcionalmente à participação societária de cada um no capital social, desde que, nesta última hipótese, todos os sócios concordem com a nova distribuição.

13. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	1º semestre de 2025
Receita de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	15.185
Ajuste a valor justo – TVM	(39)
Total	15.146

14. RECEITAS OPERACIONAIS

	1º semestre de 2025
Receitas de serviços e comissões	
Taxas – estabelecimentos comerciais	25.682
Taxas dos clientes – aplicativo Strada Frete	10.543
Taxas – instituições de pagamentos	1.571
Receitas – Produto Match Carguero	-
Outras receitas de serviços (a)	7.925
Total	45.721

- (a) Tratam de tarifas cobradas dos motoristas com operações de saque em caixa eletrônico e transferências eletrônicas disponíveis realizadas pelo aplicativo, tarifa de inatividade de conta digital, comissão de indicação de novos negócios, receita com emissão de 2ª via de cartão, intermediação de seguro dos transportadores, tarifa sobre os valores transacionados de frete e pedágio, pagamento de boletos, recarga de celular e receita de antecipação de recebíveis.

	1º semestre de 2025
Impostos sobre vendas	
ISS	(2.066)
COFINS	(3.476)
PIS	(754)
Total dos impostos	(6.296)
Total	39.425

15. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	1º semestre de 2025
Salários e Encargos	(18.866)
Bônus	-
Benefícios	(4.434)
Treinamentos	(180)
Outras despesas com pessoal	(34)
Total	(23.514)

16. DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	1º semestre de 2025
Processamento de cartões e agenciamento	(11.840)
Despesas de tecnologia	(6.450)
Honorários de consultoria, contabilidade e advogados	(1.858)
Despesas de marketing e representações	(2.117)
Despesas de energia e comunicação	(164)
Outras despesas administrativas	(1.054)
Total	(23.483)

17. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 30 de junho de 2025, a Empresa identificou uma diferença de R\$48.137 no saldo de moeda eletrônica, esse valor foi proveniente a um erro de atualização de script no sistema interno. O ajuste contábil necessário foi realizado no período para refletir o saldo correto, gerando uma perda operacional ao negócio.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração do Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas fiscais e os valores registrados no resultado do 1º semestre de 2025, podem ser resumidos da seguinte forma:

	1º semestre de 2025	
	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro/prejuízo antes da tributação	(43.981)	(43.981)
Adições/Exclusões	53.711	53.711
Base de cálculo do Antes das Compensações	9.730	9.730
Compensação de Prejuízo Fiscal	(2.911)	(2.911)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	6.819	6.819
Imposto de renda e contribuição social	1.686	611
Diferido fiscal, pagamentos a maior e outros	728	437
Imposto de renda e contribuição social	2.414	1.048

b) Período estimado de realização

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução BCB 15/2020. Os ativos fiscais diferidos são relacionados a diferenças temporárias e serão recuperados, segundo a expectativa da Administração com lucros tributários futuros, a partir de estudos técnicos que demonstram o potencial de realização dos referidos créditos tributários no prazo máximo de 10 anos. Dado as projeções serem elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros, as estimativas e o prazo de realização, podem, no entanto, sofrer alterações. Em 30 de junho de 2025, a Empresa possui ativos fiscais diferidos de R\$ 2.110, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2025
Prejuízo fiscal – IRPJ	1.680
Prejuízo fiscal – CSLL	430
Total (a)	2.110

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas são as entidades pertencentes ao grupo à qual a Empresa faz parte, os acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros, demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As principais transações da Empresa com partes relacionadas resumem-se compartilhamento de despesas e prestação de serviços entre empresas do grupo, operações de venda ou transferência de ativos financeiro. Desta forma, essas operações entre partes relacionadas são realizadas dentro das condições normais de mercado.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E LIMITES OPERACIONAIS

Considerando a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN da Resolução nº 4.553/2017, a Strada Pay está classificada no Tipo 2.

Visando o atendimento ao arcabouço regulatório à que se encontra submetida, a Strada Pay, adota uma estrutura de gerenciamento de riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

Através da política de gerenciamento de riscos, a Strada Pay estabelece a maneira que se posiciona em relação à natureza dos riscos operacionais e de liquidez, que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Em decorrência do desenquadramento de limites operacionais, será realizada uma assembleia extraordinária no dia 26/09/2025 onde o conselho de administração aprovou um aumento de capital para se adequar aos requisitos normativos da Res. BCB 198.

	30/06/2025
Patrimônio líquido	(205)
Ajustes prudências	(24.370)
Patrimônio líquido ajustado	(24.370)
Patrimônio mínimo necessário	18.104
Saldo	(42.474)

Risco operacional

A Strada Pay possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados à toda Empresa, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

Risco de crédito

É o risco de crédito implícito em qualquer ativo da Empresa no que se refere a capacidade de pagamento das contrapartes. A empresa possui baixo risco de crédito uma vez que seus recursos são aplicados em bancos de 1ª linha e os demais recursos intermediados no arranjo de pagamentos se constituem em operações pré-pagas pelos clientes.

Risco de liquidez

É o risco de a Strada Pay não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A Strada Pay gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

A resolução do BACEN nº 198/2022, 363/2023 e 434/2024 informa o procedimento para o cálculo do Patrimônio de Referência da instituição de pagamento, do qual no artigo nº 8 da referida norma a dedução dos ajustes prudenciais é feita de forma escalonada conforme calendário da norma. A Empresa efetua acompanhamento tempestivo para o cumprimento e impactos que a referida norma possa trazer, e para o ano de 2025 não terá impactos significativos.

Análise de sensibilidade dos ativos

O risco associado aos ativos e passivos financeiros mantidos pela Empresa está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) sobre as aplicações em títulos de renda fixa, todos com spreads pré-fixados. Os valores justos se aproximam dos seus valores contábeis

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros, ao qual a Empresa estava exposta em 30 de junho de 2025, foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual do CDI para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, os cenários II e III consideram depreciação das taxas.

Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	30/06/2025	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras liquidez imediata	9.125	CDI	944	708	473
Certificados de depósitos bancários	2.942	CDI	10,35% 304	7,76% 228	5,18% 152
Letras Financeiras do Tesouro	219.140	CDI	10,35% 22.681	7,76% 15.005	5,18% 11.351
			10,35%	7,76%	5,18%

Rodrigo Arnus Koelle
CHIEF EXECUTIVE OFFICER
CPF: 262.662.748-84

Alexandre Hideo Yoda
CHIEF FINANCIAL OFFICER
CPF: 166.479.388-77

Vinicius Silva de Andrade
Gerente Sr. de Finanças
CRC: SP-353418/O
CPF: 372.440.638.06